



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 10 – Nº 02

Fevereiro de 2009

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

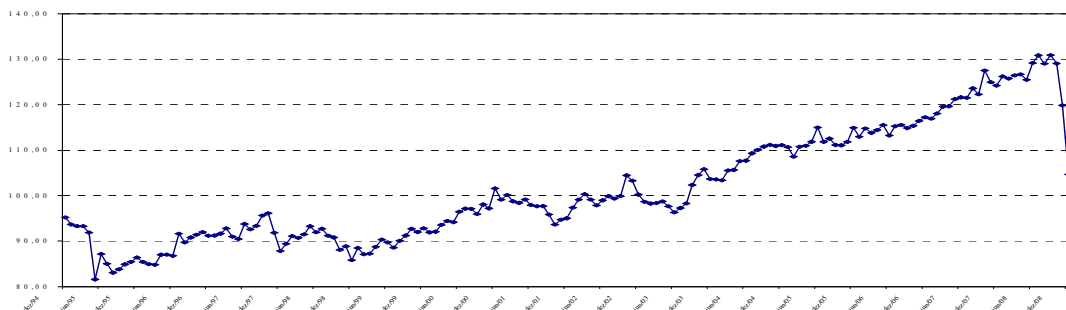
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)
1994 Dez	95,2	-	-	7,6
1995 Dez	86,4	-	-	1,8
1996 Dez	91,2	-	-	1,7
1997 Dez	87,8	-	-	3,9
1998 Dez	85,8	-	-	-2,0
1999 Dez	92,8	-	-	-0,7
2000 Dez	101,6	-	-	6,6
2001 Dez	95,0	-	-	1,6
2002 Dez	100,3	-	-	2,7
2003 Dez	103,7	-	-	0,0
2004 Dez	111,1	-	-	8,3
2005 Dez	114,9	-	-	3,1
2006 Dez	117,3	-	-	2,8
2007 Dez	124,9	6,5	-0,2	6,0
2008 Jan	126,3	8,0	1,6	6,3
2008 Fev	125,8	6,5	-0,4	6,8
2008 Mar	126,5	5,7	0,6	6,6
2008 Abr	126,7	5,9	0,2	7,0
2008 Mai	125,5	3,5	-0,9	6,7
2008 Jun	129,2	6,2	3,0	6,7
2008 Jul	130,9	7,7	1,3	6,9
2008 Ago	129,1	4,4	-1,4	6,4
2008 Set	130,9	7,0	1,4	6,8
2008 Out	129,1	1,2	-1,4	5,9
2008 Nov	119,9	-4,1	-7,1	4,8
2008 Dez	104,7	-15,8	-12,7	3,1
2009 Jan	107,1	-15,2	2,3	1,0

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2008 Média	nd	nd			
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9
Jul	nd	nd	8,1	8,3	14,1
Ago	nd	nd	7,6	8,0	14,0
Set	nd	nd	7,6	8,0	13,5
Out	nd	nd	7,5	7,7	12,5
Nov	nd	nd	7,6	8,2	12,3
Dez	nd	nd	6,8	7,1	11,8
2007					
Jan	nd	nd	8,2	9,4	12,5

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em janeiro de 2009, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 8,2%, verificando-se uma alta de 1,4 pontos percentuais (p.p.) em relação a dezembro de 2008. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma alta de 0,2 (p.p.). Em São Paulo, a taxa obteve alta de 2,3p.p. entre os meses de dezembro de 2008 (7,1%) e de janeiro de 2009 (9,4%). Quando comparado com janeiro de 2008, verificou-se alta de 0,1p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego Total em São Paulo sofreu alta de 0,7p.p. entre os meses de dezembro de 2008 (11,8%) e janeiro de 2009 (12,5%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 1,1 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

		Ocupados ²		Assalariados ³	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴
1998	Dez	1.707	73,1	1.744	71,5
1999	Dez	1.596	68,4	1.609	65,9
2000	Dez	1.500	64,3	1.520	62,3
2001	Dez	1.346	57,7	1.389	56,9
2002	Dez	1.227	52,6	1.259	51,6
2003	Dez	1.264	54,1	1.305	53,5
2004	Dez	1.208	51,8	1.277	52,3
2005	Dez	1.230	52,7	1.321	54,1
2006	Dez	1.243	53,3	1.305	53,5
2007	Dez	1.206	51,7	1.264	51,8
2008					
	Jan	1.202	51,5	1.257	51,5
	Fev	1.213	52,0	1.275	52,2
	Mar	1.259	54,0	1.334	54,7
	Abr	1.259	54,0	1.341	55,0
	Mai	1.263	54,1	1.345	55,1
	Jun	1.234	52,9	1.313	53,8
	Jul	1.211	51,9	1.265	51,8
	Ago	1.230	52,7	1.261	51,7
	Set	1.218	52,2	1.238	50,7
	Out	1.224	52,4	1.254	51,4
	Nov	1.193	51,1	1.249	51,2
	Dez	1.211	51,9	1.257	51,5

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região Metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	69,2	11.323,2	4,2	83,8
1995	705,6	4,2	72,1	11.619,9	2,6	86,0
1996	844,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1997	939,1	3,4	76,2	11.903,0	1,8	88,1
1998	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
1999	1.065,0	0,3	76,4	11.585,6	-1,2	85,7
2000	1.179,5	4,3	79,7	11.906,2	2,8	88,1
2001	1.302,1	1,3	80,7	11.885,9	-0,2	87,9
2002	1.477,8	2,7	82,9	12.024,1	1,2	89,0
2003	1.699,9	1,1	83,8	11.985,7	-0,3	88,7
2004	1.941,5	5,7	88,6	12.489,4	4,2	92,4
2005	2.147,2	3,2	91,4	12.702,1	1,7	94,0
2006	2.332,9	3,8	94,9	12.996,5	2,3	96,1
2007	2.558,8	5,4	100,0	13.517,3	4,0	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008					2009				12 meses			
														Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		Dez	Jan	Fev
IGP-DI	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	0,7	1,1	1,9	1,9	1,1	-0,4	0,4	1,1	0,1	-0,4	0,0	-0,1	7,5
IGP-M	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	0,7	0,7	1,6	2,0	1,8	-0,3	0,1	1,0	0,4	-0,1	-0,4	0,3	7,9
IPC-DI	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	0,5	0,7	0,9	0,8	0,5	0,1	-0,1	0,5	0,6	0,5	0,8	0,2	6,1
IPA-DI	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	0,8	1,3	2,2	2,3	1,3	-0,8	0,4	1,4	-0,2	-0,9	-0,3	-0,3	7,4
IPA-OG-ag	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	0,5	0,1	2,5	3,9	1,1	-5,1	-0,5	0,0	-0,6	-1,3	2,1	-0,4	2,0
IPA-OG-in	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	0,9	1,8	2,1	1,7	1,3	0,9	0,8	1,9	0,0	-0,7	-1,2	-0,3	9,5
																										0,0
INPC	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	0,5	0,6	1,0	0,9	0,6	0,2	0,2	0,5	0,4	0,3	0,6	0,3	6,2
IPCA	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	0,5	0,6	0,8	0,7	0,5	0,3	0,3	0,5	0,4	0,3	0,5	0,6	5,9
IPC-Fipe	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	0,3	0,5	1,2	1,0	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,2	0,5	0,3	6,2
ICV	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	0,5	0,4	0,9	1,0	0,9	0,3	0,1	0,4	0,5	0,1	0,7	0,0	6,0

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) manteve estabilidade entre os meses de janeiro e fevereiro de 2009, registrando deflação de -0,3%. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de -0,1% em fevereiro. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou queda na sua taxa de variação de 0,8%, em janeiro, para 0,2%, em fevereiro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) registrou alta de 0,1 p.p., verificando taxa de 0,6% no mês de fevereiro de 2009. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou queda de 0,3 p.p., observando taxa de 0,3% no mês de fevereiro.

Em janeiro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, taxa de 0,0%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	660,9	48,4	881,1	50,5	913,1	52,4	957,0	47,0	1.002,5	46,5	1.067,4	44,7	1.150,	42,7	1.069,6	36,0	1.091,4	36,6
1.1 Governo federal e Bacen	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,3	728,3	24,5	749,9	25,1
1.2 Governos estaduais ²	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,0	359,6	12,1	356,8	12,0
1.3 Governos municipais	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8	55,4	1,9	56,1	1,9
1.4 Empresas Estatais	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5	-73,7	-2,5	-71,3	-2,4
2 Dívida interna líquida	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	530,0	38,8	654,3	37,5	726,7	41,7	818,1	40,2	952,2	44,1	1.130,9	47,4	1.393,1	51,7	1.488,8	50,1	1.491,1	50,0
2.1 Governo federal e Bacen	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,3	1.085,0	36,5	1.088,3	36,5
2.2 Governos estaduais ²	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,6	343,5	11,6	341,0	11,4
2.3 Governos municipais	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	52,9	1,8	53,6	1,8
2.4 Empresas Estatais	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0	7,4	0,3	8,2	0,3
3. Dívida externa líquida	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	130,8	9,6	226,8	13,0	186,5	10,7	138,9	6,8	50,3	2,3	-63,5	-2,7	-242,8	-9,0	-419,2	-14,1	-399,7	-13,4
3.1 Governo federal e Bacen ³	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0	-356,7	-12,0	-338,4	-11,4
3.2 Governos estaduais ²	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5	15,8	0,5
3.3 Governos municipais	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1	2,4	0,1
3.4 Empresas Estatais	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5	-81,1	-2,7	-79,5	-2,7

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou janeiro de 2009 em R\$ 1.091,4 bilhões, o que representou 36,6% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	53,2	5,7	72,5	7,4	96,2	9,0	49,3	4,2	72,1	4,8	138,3	9,4	56,3	3,3	43,8	2,3	59,1	2,7	67,7	2,9	57,9	2,3	44,3	1,5	59,1	2,0
1.1 Governo federal e Bacen ³	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9	44,7	1,5
1.2 Governos estaduais ⁵	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0	24,1	0,8
1.3 Governos municipais	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2	5,5	0,2
1.4 Empresa/s Estatais	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6	-15,8	-0,6	-15,3	-0,5
2 Juros nominais ²	44,9	4,8	72,6	7,4	127,2	12,0	87,4	7,4	105,6	8,1	190,7	12,9	122,5	7,2	124,9	6,4	152,6	7,1	157,8	6,8	159,5	6,3	162,3	5,6	163,7	5,6
2.1 Governo federal e Bacen ³	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7	96,2	3,3	104,1	3,6
2.2 Governos estaduais ⁵	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9	49,8	1,7
2.3 Governos municipais	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3	10,1	0,4	9,3	0,3
2.4 Empresas Estatais	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1	0,4	0,0	0,5	0,0
3. Primário ⁴	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-52,4	-3,6	-66,2	-3,9	-81,1	-4,2	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0	-118,0	-4,1	-104,6	-3,6
3.1 Governo federal e Bacen ³	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5	-59,4	-2,0
3.2 Governos estaduais ⁵	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9	-25,6	-0,9
3.3 Governos municipais	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2	-3,8	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5	-16,2	-0,6	-15,7	-0,5

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em janeiro de 2009, foi de R\$ 59,1 bilhões, o que representou 2,0% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR – Imposto Territorial Rural** – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal** – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios** – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação – Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação** – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro – Imposto sobre Operações Financeiras Ouro** – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX – Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações** – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2009 até janeiro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	115.265	0	21.430	89	23	0	1.549	138.357
Alagoas	140.168	0	16.444	819	479	0	2.920	160.829
Amazonas	94.018	3	16.613	983	1.948	0	3.409	116.973
Amapá	114.962	20	23.807	396	152	0	1.246	140.583
Bahia	316.590	0	51.173	3.624	10.860	0	13.287	395.533
Ceará	247.205	1	26.449	1.588	1.435	0	7.190	283.868
Distrito Federal	23.255	0	7.577	1.053	160	0	3.901	35.947
Espírito Santo	50.540	0	11.395	4.157	6.635	0	4.389	77.117
Goiás	95.794	0	29.738	1.301	2.563	0	9.984	139.380
Maranhão	243.206	2	25.008	1.637	1.671	0	6.252	277.775
Minas Gerais	150.087	0	92.804	12.582	19.453	0	22.888	297.814
Mato Grosso do Sul	44.880	0	12.270	1.204	1.085	0	5.226	64.664
Mato Grosso	77.761	25	20.081	1.892	1.907	0	5.918	107.585
Pará	205.934	50	28.404	4.255	7.511	0	6.191	252.344
Paraíba	161.354	0	28.664	280	341	0	3.758	194.397
Pernambuco	232.491	0	42.373	1.449	994	0	7.011	284.317
Piauí	145.603	0	19.163	294	47	0	4.167	169.273
Paraná	97.145	0	51.495	9.830	15.516	0	13.877	187.862
Rio de Janeiro	51.473	2	18.546	5.718	25.589	0	10.579	111.909
Rio Grande do Norte	140.768	0	24.469	353	271	0	4.011	169.872
Rondônia	94.867	19	17.832	243	506	0	2.679	116.147
Roraima	83.583	2	19.914	37	8	0	1.395	104.939
Rio Grande do Sul	79.341	0	49.802	9.793	19.009	0	11.908	169.853
Santa Catarina	43.121	0	25.929	3.502	11.056	0	7.604	91.212
Sergipe	140.006	0	20.105	244	141	0	2.442	162.938
São Paulo	33.693	2	83.709	30.363	32.353	0	38.624	218.745
Tocantins	146.229	0	28.780	77	53	0	3.987	179.125
Total	3.369.339	126	813.973	97.763	161.766	0	206.392	4.649.358

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2009 até janeiro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	18.407	0	12.027	30	8	8	0	516	30.996
Alagoas	83.574	0	39.935	273	160	42	0	973	124.957
Amazonas	49.485	7	20.245	328	649	24	0	1.136	71.874
Amapá	12.325	46	8.202	132	51	19	0	415	21.191
Bahia	320.746	0	113.066	1.208	3.620	306	0	4.429	443.375
Ceará	183.449	3	82.249	529	478	106	0	2.397	269.211
Distrito Federal	5.775	0	0	0	53	13	0	0	5.841
Espírito Santo	60.665	0	20.022	1.386	2.212	77	0	1.463	85.825
Goiás	127.747	0	27.641	434	854	820	0	3.328	160.825
Maranhão	146.670	5	73.582	546	557	72	0	2.084	223.515
Minas Gerais	462.281	0	71.150	4.194	6.484	737	0	7.629	552.476
Mato Grosso do Sul	53.555	0	13.551	401	362	1.796	0	1.742	71.408
Mato Grosso	65.029	59	17.125	631	636	971	0	1.973	86.423
Pará	128.220	117	59.100	1.418	2.504	173	0	2.064	193.595
Paraíba	113.656	0	40.302	93	114	23	0	1.253	155.441
Pernambuco	175.456	0	60.455	483	331	110	0	2.337	239.172
Piauí	89.507	0	39.745	98	16	70	0	1.389	130.824
Paraná	241.058	0	41.792	3.277	5.172	1.150	0	4.626	297.074
Rio de Janeiro	103.800	4	30.741	1.906	8.530	132	0	3.526	148.639
Rio Grande do Norte	87.245	0	32.747	118	90	19	0	1.337	121.556
Rondônia	31.979	44	14.147	81	169	74	0	893	47.387
Roraima	22.142	4	6.535	12	3	9	0	465	29.170
Rio Grande do Sul	239.079	0	39.694	3.264	6.336	1.159	0	3.969	293.502
Santa Catarina	136.838	0	23.939	1.167	3.685	101	0	2.535	168.265
Sergipe	51.107	0	27.809	81	47	28	0	814	79.886
São Paulo	466.394	5	62.721	10.121	10.784	2.010	0	12.875	564.910
Tocantins	49.862	0	20.312	26	18	103	0	1.329	71.648
Total	3.526.052	294	998.834	32.237	53.922	10.150	0	67.497	4.688.986

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	232,7
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	356,1
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	529,0
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	713,7
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	889,3
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	949,6
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.075,8
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.161,1
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.049,6
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.106,6
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.075,9
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.242,6
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.378,0
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.509,7
2008				
Jan	1.455,1	0,0	1.455,1	1.572,3
Fev	1.464,5	0,0	1.464,5	1.576,4
Mar	1.479,0	0,0	1.479,0	1.581,0
Abr	1.491,2	0,0	1.491,2	1.576,3
Mai	1.489,4	0,0	1.489,4	1.545,3
Jun	1.507,5	0,0	1.507,5	1.535,1
Jul	1.534,9	0,0	1.534,9	1.545,7
Ago	1.531,1	0,0	1.531,1	1.547,8
Set	1.537,7	0,0	1.537,7	1.548,9
Out	1.557,8	0,0	1.557,8	1.552,2
Nov	1.546,4	0,0	1.546,4	1.539,8
Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.597,0
2009				
Jan	1.631,5	0,0	1.631,5	1.631,5

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	2007 ¹			2008 ¹		
									Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	145,5	152,6	154,3	162,6	164,3	163,9
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	73,3	71,8	70,3	69,5	69,0	67,3
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	72,2	80,8	84,1	93,1	95,3	96,6
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	45,9	42,8	39,2	39,0	41,3	47,5
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	45,9	42,8	39,2	39,0	41,3	47,5
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	191,4	195,3	193,6	201,6	205,5	211,4
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	73,3	71,8	70,3	69,5	69,0	67,3
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	118,1	123,6	123,3	132,1	136,5	144,1

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

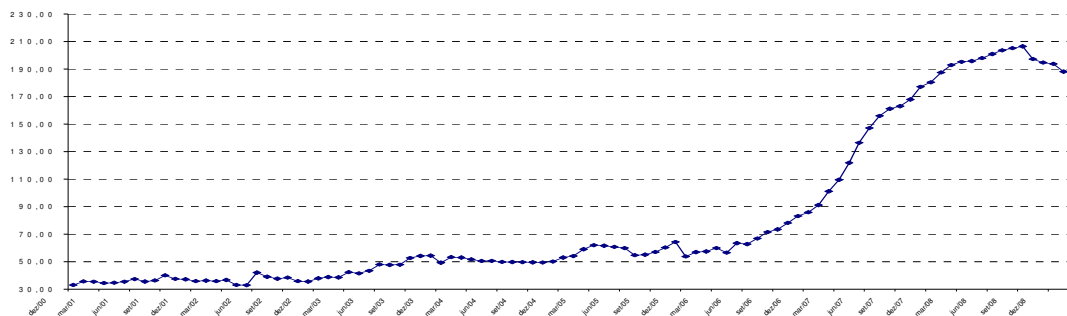
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007 Dez		180,3
2008		
	Jan	187,5
	Fev	192,9
	Mar	195,2
	Abr	195,8
	Mai	197,9
	Jun	200,8
	Jul	203,6
	Ago	205,1
	Set	206,5
	Out	197,2
	Nov	194,7
	Dez	193,8
2009		
	Jan	188,1
	Fev	186,9

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007	1,77	2,61
2008		
Jan	1,76	2,62
Fev	1,68	2,56
Mar	1,75	2,76
Abr	1,69	2,64
Mai	1,63	2,54
Jun	1,59	2,51
Jul	1,57	2,44
Ago	1,63	2,40
Set	1,91	2,69
Out	2,12	2,69
Nov	2,33	2,96
Dez	2,34	3,24
2009		
Jan	2,32	2,97
Fev	2,38	3,02

Fonte: Bacen.

¹ – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em fevereiro de 2009 cotação de R\$ 2,38. Com isso, verificou-se uma alta de 2,7% em relação ao mês anterior.

Comparando fevereiro de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma alta de 41,3%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,3	16.403,7	1,5	17.318,2	1,6
2007	1.550,7	0,1	17.135,5	1,3	23.599,7	1,8
2008						
Jan – Dez	-28.299,5	-1,8	17.471,5	1,1	35.416,1	2,2
Jan	-4.028,3	-3,2	2.241,9	1,8	3.049,8	2,4
Fev	-1.881,8	-1,5	1.443,2	1,2	1.307,1	1,1
Mar	-4.344,8	-3,4	1.114,5	0,9	4.435,9	3,4
Abr	-3.083,0	-2,4	1.285,6	1,0	3.752,7	2,9
Mai	-788,7	-0,6	987,3	0,7	3.266,4	2,4
Jun	-2.785,7	-2,1	1.543,3	1,2	3.763,7	2,8
Jul	-2.168,1	-1,6	2.018,6	1,5	3.241,7	2,4
Ago	-1.099,0	-0,8	1.098,4	0,8	1.961,7	1,4
Set	-2.767,1	-2,0	1.265,5	0,9	3.450,4	2,5
Out	-1.454,6	-1,0	1.206,2	0,8	2.273,4	1,6
Nov	-976,4	-0,7	1.146,9	0,8	1.563,1	1,2
Dez	-2.922,0	-2,4	2.120,1	1,7	3.350,2	2,7
2008						
Jan	-2.753,2	-3,3	1.962,8	2,3	722,2	0,9

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Fev	12,8	165,6	356,1	12,0	129,2	258,6	0,8	36,4
Mar	12,6	165,3	355,5	11,6	131,3	262,7	1,0	34,1
Abr	14,1	166,9	359,0	12,3	135,3	270,8	1,7	31,6
Mai	19,3	172,6	371,1	15,2	140,8	281,7	4,1	31,8
Jun	18,6	178,1	382,9	15,9	147,3	294,8	2,7	30,7
Jul	20,5	184,4	396,5	17,1	153,7	307,5	3,3	30,7
Ago	19,7	189,1	406,5	17,5	159,6	319,4	2,3	29,5
Set	20,0	194,9	419,1	17,3	166,2	332,6	2,7	28,7
Out	18,5	197,7	425,0	17,3	171,2	342,5	1,2	26,5
Nov	14,8	198,4	426,5	13,1	172,3	344,7	1,6	26,1
Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,2	346,6	2,3	24,7
2009								
Jan	9,8	194,4	418,1	10,3	171,1	342,5	-0,5	23,3
Fev	9,6	191,2	411,2	7,8	167,0	334,2	1,8	24,2

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em fevereiro de 2009, totalizaram US\$ 9,6 bilhões.

As importações somaram US\$ 7,8 bilhões, em fevereiro de 2009.

O saldo de fevereiro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 1,8bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações em US\$ 191,2 bilhões, 15,5% a mais que no mesmo período do ano anterior.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	(em %)	
				Divulgada pelo COPOM	
1995	53,1	33,4	53,9		nd
1996	27,1	16,3	27,6		nd
1997	24,6	15,9	25,2		nd
1998	28,6	26,4	29,5		nd
1999	25,1	4,3	26,3		nd
2000	17,3	6,9	17,6		nd
2001	17,3	6,2	17,5		nd
2002	19,1	-5,8	19,1		nd
2003	23,3	14,5	23,4		nd
2004	16,2	3,6	16,2		nd
2005	19,0	17,6	19,1		nd
2006	15,1	10,9	15,3		nd
2007	11,9	3,7	12,0		nd
2008					
	Jan	0,9	-0,1	11,2	11,25
	Fev	0,6	0,3	11,2	11,25
	Mar	0,8	0,1	11,2	11,25
	Abr	0,9	-0,2	11,4	11,75
	Mai	0,9	-1,0	11,6	11,75
	Jun	1,0	-0,9	12,1	12,25
	Jul	1,1	0,0	12,4	13,00
	Ago	1,0	1,4	12,9	13,00
	Set	1,1	0,7	13,4	13,75
	Out	1,2	0,1	13,7	13,75
	Nov	1,0	0,9	13,6	13,75
	Dez	1,1	1,6	13,7	13,75
2009					
	Jan	1,0	1,0	13,4	12,75
	Fev	0,9	0,9	12,7	12,75

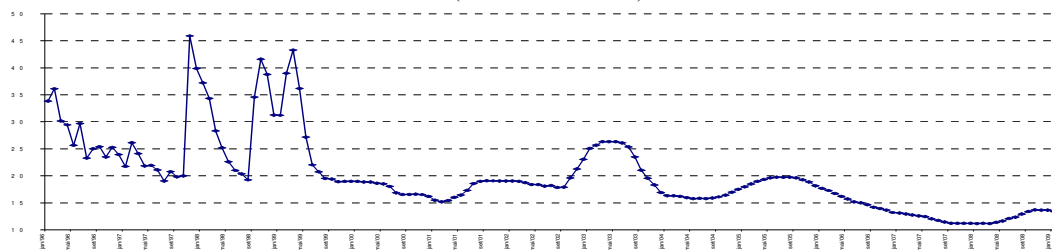
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	46,2	13,5	28,0	
2005	43,2	13,8	28,4	
2006	41,3	13,9	28,5	
2007	36,3	12,8	25,3	
2008	37,7	15,3	26,6	
	Jan	36,6	13,7	25,7
	Fev	36,9	14,1	26,0
	Mar	35,2	14,7	25,5
	Abr	34,7	14,4	25,0
	Mai	33,5	14,5	24,5
	Jun	34,7	13,9	24,6
	Jul	36,6	14,5	25,6
	Ago	37,6	14,9	26,3
	Set	38,5	14,7	26,4
	Out	39,7	17,7	28,4
	Nov	43,1	18,4	30,1
	Dez	45,0	18,3	30,6
2009	Jan	43,6	18,8	30,5

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e flutuante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,2
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	34,5
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,5
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	35,8
Mai	298,8	726,5	1.025,3	19,6	1.044,9	36,1
Jun	303,9	744,4	1.048,4	19,3	1.067,7	36,3
Jul	307,5	758,9	1.066,4	19,5	1.085,9	36,7
Ago	311,9	777,9	1.089,8	20,4	1.110,3	37,6
Set	323,1	808,1	1.131,2	21,3	1.152,6	38,7
Out	335,7	827,7	1.163,4	21,6	1.185,1	39,4
Nov	345,0	839,0	1.184,0	24,4	1.208,5	40,2
Dez	355,4	844,8	1.200,2	27,2	1.227,4	41,1
2009						
Jan	359,5	842,7	1.202,1	27,7	1.229,8	41,2

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.